

Novo júri, hoje, para condenados

Réus são acusados de muitos crimes e já foram condenados a 30 anos de reclusão pelo assassinato de um procurador aposentado

O dossiê de crimes atribuídos a Sebastião Ribeiro Sobrinho, 62 anos, e Milton dos Reis, 55 anos, é um dos mais extensos que se conhece na Justiça do Distrito Federal. Para o Ministério Público, os dois foram responsáveis por vários assassinatos, assaltos, tentativa de homicídio, contrabando, tráfico de drogas, formação de quadrilha, sonegação

fiscal, extorsão, estelionato, furtos, roubo de automóveis e falsificação de todo tipo.

Até agora, Milton só foi condenado pelo assassinato do advogado e procurador da República aposentado Osmar Rodrigues de Carvalho, ocorrido no dia 25 de setembro de 1988, em Brasília. Sebastião, no entanto, foi condenado por vários outros crimes.

Passados dez anos da data do assassinato de Osmar, pelo qual foram condenados a cumprir pena de 30 anos de reclusão, Sebastião e Milton voltam hoje, às 9h, ao banco dos réus, no Tribunal do Júri de Brasília.

Agora, eles respondem por tentativa de homicídio cometida contra o coronel reformado do Exército Paulo Izaías de Macedo Filho. A tentativa teria ocorrido em 4 de abril de 1989,

no bloco D da superquadra 405 Sul. Paulo era procurador de Tiago Pereira do Carmo, que adquiriu, na época, o motel Mon'Amour, dos sócios Milton e Sebastião.

Segundo apurou o Ministério Público, houve um desentendimento entre o coronel Paulo e os dois acusados. "O desentendimento aconteceu por causa de diversas irregularidades encontradas no que diz respeito ao motel Mon'Amour, depois que o negócio foi fechado. O terreno em que o motel estava assentado nem pertencia a eles (Milton e Sebastião)", afirma o promotor de Justiça Diaulas Costa Ribeiro, responsável pela investigação do crime que envolveu o procurador Osmar Rodrigues de Carvalho.

No dia 4 de abril daquele ano, dois pistoleiros — um deles, Charles de Castro Alves, condenado por participar diretamente do assassinato do procurador — tentaram matar o coronel reformado, que também atuava como advogado. "Eles estavam armados com uma espingarda com capacidade para dois tiros. Os dois dis-

paros *mas caram* (falharam) e os pistoleiros tiveram que sair correndo", acrescenta Diaulas.

Se condenada, a dupla, que na época era proprietária do Grupo Urubu, um empreendimento agropecuário no estado de Goiás, pode ter uma sentença de até oito anos de reclusão, pelos cálculos do promotor Diaulas. "Segundo a legislação brasileira, eles não podem cumprir pena maior do que 30 anos, mas os benefícios (como regime semi-aberto) serão calculados sobre o total das penas acumuladas", diz.

Ou seja, se a pena de uma pessoa chegar a 180 anos, ela não terá direito a regime semi-aberto, concedido depois de um sexto do tempo cumprido, no caso de réu primário. Terá que ficar presa durante 30 anos.

Além do assassinato do procurador e da tentativa de matar o coronel reformado, Sebastião e Milton foram denunciados, pelo Ministério Público, pelo assassinato de Jurandir Ferreira Neto, Carlos Alberto Alves Matias, Paulo Sérgio Alves da Silva e uma mulher que era conhecida como *Soninha*. Os três primeiros crimes ocor-

reram entre os dias 22 e 24 julho de 1988, em Cristalina (GO). O último, entre os dias 15 e 16 de novembro do mesmo ano, em Luziânia (GO).

"Mandamos a denúncia para o estado de Goiás, mas nunca aconteceu nada", afirma Diaulas. Além disso, o Ministério Público considera os dois como principais suspeitos do assassi-

nato do fiscal da Receita Federal Carlos Roberto Glattardt Alves, do mecânico de aviação Pedro Braga de Souza, de Itamar Braga de Souza, do marceneiro Raimundo Ribeiro Leite e do delegado de Luziânia Guedson Francisco Franco Leite.

O fiscal Carlos Roberto teria sido assassinado por ter entrado

em um motel de propriedade dos dois e os multado por sonegação fiscal e contrabando. Segundo o relato de um repórter policial, na época, seu corpo — nunca encontrado — foi moído em uma máquina de triturar cana e dado aos porcos de uma fazenda. Osmar investigou o assassinato do fiscal, ocorrido em 1981 e, por causa disso, foi nomeado advogado da ex-mulher de Sebastião, e mais tarde morreu assassinado.

**"SEGUNDO A LEGISLAÇÃO
BRASILEIRA, ELES NÃO
PODEM CUMPRIR PENA
MAIOR QUE 30 ANOS, MAS
OS BENEFÍCIOS SERÃO
CALCULADOS SOBRE O
TOTAL DAS PENAS
ACUMULADAS"**

Diaulas Costa Ribeiro,
promotor de Justiça